

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates
pela História

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano
Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende
Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

DEPÓSITO LEGAL

.....

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

2



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XXI
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro
Coordenação



utros Combates
pela História

HISTÓRIA, IDEIAS E ARTES

Francisco José Calazans Falcon

A HISTÓRIA DAS IDÉIAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA RECENTE:
UMA TENTATIVA DE BALANÇO

Prólogo

A intenção de apresentar um «balanço crítico» da historiografia brasileira recente do ponto de vista da «História das Idéias» tem diante de si não poucas dificuldades teóricas e conceituais. Há, em primeiro lugar, o fato, amplamente reconhecido, de que os historiadores não estão em geral habituados ou inclinados a questionar seriamente as implicações teórico-metodológicas dos termos e conceitos que utilizam, nomeadamente, no nosso caso, os conceitos de *idéias*, *história das idéias*, e *historiografia*. Em segundo lugar, situa-se a necessidade de fazer face a problemas historiográficos que dizem respeito a condições e características especificamente brasileiras no campo dos estudos e trabalhos relacionados com a problemática das *idéias*. Tais dificuldades constituem os dois eixos em função dos quais se articula a exposição que se segue.

I. A História das Idéias na historiografia brasileira recente.

1.1. Questões prévias

A título de esclarecimento inicial, entendamos o caráter «recente» como sendo o período correspondente ao final dos anos 60 e aos começos dos anos 70 do século XX e que daí se estende aos dias atuais, ou seja, à época contemporânea da historiografia brasileira. Definir *historiografia* constitui um primeiro problema. Lapa (1976) e Fico — Polito (1992) ativeram-se em seus trabalhos apenas às obras *de história* escritas por *historiadores profissionais*. Cremos, no entanto, que, para o estudo da história da história das idéias em nosso país, os critérios desses dois autores é praticamente inviável. Preferimos assim recorrer a Iglesias (1971), quando propõe que se dê prioridade às obras de história e aos estudos sobre essas obras, deixando em plano secundário a questão das qualificações acadêmicas e profissionais do *sujeito historiador*; assim sendo, mais significativa do que a questão da *formação* é a da *intenção* de escrever um texto *de história*, intenção esta que deverá ser ratificada pela comunidade de profissionais da história quanto ao reconhecimento do caráter *histórico* do mesmo texto.

Uma vez equacionada a questão da *historiografia* passemos a outra questão bem mais difícil: as idéias como objeto de estudos e pesquisas na historiografia *ocidental* como um todo e na brasileira em particular. Para começar, cumpre observar que não há entre nós uma autêntica tradição historiográfica em termos de uma *história das idéias* propriamente dita ou mesmo de história intelectual. Ao lado destes dois aspectos, válidos no longo prazo, é não menos importante sublinhar que, durante a segunda metade do século XX, quando uma parte significativa da pesquisa e da escrita da história entre nós teve no marxismo seu horizonte teórico, (Novais, 1990), houve pelo menos duas gerações de historiadores muito mais dispostos a indagar acerca de *ideologias* do que de *idéias*, além de situarem umas e outras como *epifenômenos*, de natureza *superestrutural*, determinados pela base econômica. Vale também assinalar que tais circunstâncias, apesar de meramente conjunturais, quando se tem em vista a longa duração historiográfica, marcaram profundamente o período que estamos estudando.

Além desses problemas teórico-metodológicos, aos quais retornaremos mais adiante, é necessário também mencionar algumas das dificuldades que ainda hoje enfrentam os historiadores que, como nós, se propõem a produzir um estudo sobre a escrita da história das idéias no Brasil: fontes documentais, abordagens metodológicas, compartimentações disciplinares.

Fontes

São ainda muito escassas e incompletas as fontes informativas a respeito da produção historiográfica que se refere às idéias. Os levantamentos disponíveis, poucos por sinal, priorizam em suas rubricas ora os períodos da História do Brasil, ora áreas temáticas, como História Econômica, Política, Regional, Social, e Cultural. Fica assim bastante difícil descobrir a partir de tais rubricas os textos de História das Idéias e História Intelectual. Tampouco a análise dos índices de periódicos especializados, de catálogos de dissertações e teses, ou de programas de simpósios de História, possibilita um acesso seguro aos trabalhos de história das idéias, salvo quando os títulos dos próprios trabalhos contêm alguma referência mais ou menos explícita. Na maior parte dos casos, no entanto, é preciso tentar adivinhar a partir dos títulos ou mesmo dos autores quais são aqueles que realmente apresentam algum tipo de recorte centrado numa problemática de história intelectual ou das idéias.

Metodologia

Até começos dos anos 80 os trabalhos sobre história das idéias são em geral biografias intelectuais (do tipo vida e obra de um personagem do mundo intelectual ou político), análises de ideologias ou doutrinas políticas, (de preferência algum dos conhecidos *ismos contemporâneos*), bem como estudos ou manuais de idéias pedagógicas, jurídicas, estéticas, econômicas, científicas, etc. Predomina em tais trabalhos a tradição *positivista* então dominante, havendo também, embora em menor número, trabalhos baseados em pressupostos teóricos *marxistas*. Somente aos poucos foram

surgindo trabalhos mais próximos de uma história intelectual (ou de uma história social das idéias) distinta daquelas duas perspectivas antes mencionadas e associada, agora, à influência crescente tanto da *Nouvelle Histoire* (francesa) como da *Nova História Intelectual* (anglo-saxônica). Ainda no campo das questões metodológicas, vale lembrar dois outros aspectos: os objetos de estudo e as fontes documentais utilizadas. Quanto aos objetos, quer a partir do conceito de *idéias*, quer do de *ideologias* (a confusão conceitual é muito grande), há estudos sobre *tomadas de consciência, formas ou estilos de pensamento*, no âmbito das idéias políticas, assim como pesquisas sobre *milenarismo, religiosidade*, movimentos estéticos, tendências literárias, doutrinas pedagógicas, no campo sócio-cultural. Já do ponto de vista das *fontes documentais* há a preocupação de agregar novas fontes àquelas mais tradicionalmente utilizadas — documentos oficiais ou coleções particulares —, daí resultando uma verdadeira vaga de estudos e pesquisas sobre coleções de periódicos (anos 70/80) centrados em períodos históricos específicos ou na orientação político-ideológica dos próprios periódicos escolhidos.

Aos poucos, no decorrer dos anos 90, tendeu a generalizar-se o processo denominado de dispersão ou fragmentação da produção historiográfica em geral e da história das idéias em particular. Assim, o estudo das idéias deixou de ser o eixo de uma constelação de disciplinas históricas bem definidas e passou a fazer parte de estudos e pesquisas genericamente situados no campo da história cultural, ou da história social da cultura. Constituíram exceções a essa regra a história das idéias econômicas, a história das idéias políticas, e a história da teoria (ou teorias) sociais. Aliás, pode-se observar nessa época que os autores ao trabalharem com estas últimas disciplinas tendem a referir-se cada vez menos a **idéias** e mais e mais a **teoria**.

Para complicar um pouco mais esse panorama, registre-se o fato de que os pressupostos teórico-metodológicos tenderam a assumir um grau maior de complexidade e sofisticação, no qual a tradicional distinção entre positivismo e marxismo ficou em plano secundário, ou foi posta de lado, pois, agora, os debates enfocam sobretudo problemas ligados à *contextualização* (em seus diversos sentidos), a partir de pressupostos lingüísticos, antropológicos, literários, etc.

Compartimentações disciplinares

O estudo das idéias segundo uma perspectiva realmente *histórica* jamais se constituiu entre nós como tarefa específica dos historiadores profissionais, ou seja, daqueles assim reconhecidos pela comunidade intelectual. A bem dizer, cada uma das inúmeras disciplinas constituídas ao longo da história das ciências e dos saberes em geral, especialmente durante os séculos XVIII e XIX, produziu uma historiografia própria, específica, intrinsecamente ligada à matéria-objeto de cada disciplina, e pertencente como tal ao respectivo campo: um tipo de assunto a ser pesquisado pelos especialistas da própria disciplina e não pelos historiadores propriamente ditos. Definiram-se então, em épocas e circunstâncias distintas, as disciplinas pertencentes ao campo das ciências humanas e, em particular, ao das chamadas *ciências sociais*: as histórias das idéias sociológicas, políticas, econômicas, filosóficas, jurídicas, estéticas, literárias, entre várias outras. Tal universo disciplinar baseava-se na premissa da existência de diferentes tipos de *idéias*, as quais deveriam ser estudadas pelos especialistas de cada uma das disciplinas respectivas.

Essa compartimentação disciplinar revelou-se pouco propícia ao desenvolvimento de uma autêntica *história das idéias*. Como consolo, talvez seja interessante lembrar que R. Chartier (1990) assinalou a existência de tradições mais ou menos idênticas a essas para o caso francês.

1. 2. As idéias na historiografia brasileira recente

As idéias estão sempre presentes na historiografia brasileira, inclusive na mais recente, embora se encontrem geralmente em lugares os mais diversos e inesperados, quase sempre um tanto distantes da História das Idéias propriamente dita.

No período que estamos estudando aqui, são ainda poucos os estudos que se apresentam como visões históricas de conjunto em termos de história das idéias e/ou das ideologias e do movimento intelectual.

Citando apenas as obras mais conspícuas, encontramos: «História da Inteligência Brasileira», em 6 volumes, escrita por Wilson Martins (1976-1978), «A Ideologia da Cultura Brasileira», de Carlos Guilherme Mota (1975), a «Dialética da Colonização», de Alfredo Bosi (1992), a «Evolução do Pensamento Político Brasileiro», de Vicente Barreto e Antonio Paim (1989), muitos dos livros de Luiz Costa Lima, como por exemplo, «Pensando nos Trópicos» (1991) e «A Aguarrás do Tempo» (1989) aos quais poderíamos acrescentar trabalhos produzidos por autores de preocupações intelectuais tão diversas como são os casos de Nicolau Sevcenko, Renato Ortiz, Roberto Ventura, Roberto Schwarz, Alcir Lenharo, Sergio Adorno, Sergio Miceli, Fábio Lucas, Eduardo Jardim de Moraes, Carlos Nelson Coutinho, além de tantos outros. Capítulo à parte corresponde aqui aos trabalhos publicados por Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho, mais voltados para a problemática político-institucional e das ideologias e mentalidades durante o século XIX e na passagem deste ao século XX, enfocando o Brasil Imperial e o Republicano.

No bojo destas nossas referências, muito incompletas por sinal, há *historiadores e não-historiadores* — se retomarmos aquela nossa discussão inicial. É também necessário observarmos que algumas das melhores obras sobre a evolução das idéias no Brasil — pensando aqui sobretudo na busca de grandes sínteses que caracteriza tais obras — foram publicadas alguns anos antes de 1970 — nossa data-limite. Tal fato, no entanto, não impediu que tais trabalhos exercessem grande influência entre os historiadores preocupados com a evolução das idéias entre nós. Tal vem a ser o caso, por exemplo, dos livros produzidos por Antonio Cândido, Sergio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, Nelson Werneck Sodré, Fernando de Azevedo, Vamireh Chacon, Djacir Menezes, Nelson Saldanha, A. L. de Machado Neto, João Camilo de Oliveira Torres.

Na década de 80 realizaram-se alguns importantes congressos e simpósios em função de temáticas abrangentes mas muito importantes também em termos de história das idéias, ideologias, elites políticas e intelectuais, manifestações culturais, etc. Tais foram os casos nomeadamente de eventos como o I Congresso Internacional sobre a Inquisição (S.P., 1987), o Congresso Internacional sobre Escravidão (S.P. e R.J., 1988), o Congresso sobre República (S.P. e R.J., 1989), o seminário «Tiradentes, Hoje» (Belo Horizonte, 1992), o «Congresso Internacional A Revolução Francesa e

o Brasil» (R.J., 1989), o «Congresso América 92» (S.P. e RJ, 1992). Dos anais desses eventos constam inúmeras comunicações de interesse para a historiografia das idéias pois elas dizem respeito a idéias/ideologias, intelectuais, cultura, etc. Temos aí um farto material a organizar e analisar do ponto de vista da história intelectual e das idéias.

E, já que estamos aludindo ao fato de existir uma razoável produção em boa parte ainda dispersa e quase esquecida, capaz, no entanto, de imprimir novas características a este nosso balanço, é bom lembrar que existe um outro filão à espera de pesquisas sistemáticas: os anais dos Simpósios de História, nacionais e regionais, promovidos pela ANPUH desde 1961; os catálogos de dissertações e teses aprovadas nos programas de pós-graduação em História, programas estes que têm se multiplicado, sobretudo a partir da década de 90. Temos aí trabalhos baseados em pesquisas sérias em fontes documentais ricas e inovadoras, sobre temáticas predominantemente de História do Brasil, recortando objetos como mentalidades, ideologias, idéias, vida intelectual, práticas e representações sociais, entre outros.

1.3. Algumas questões teóricas mais frequentes

Idéias e ideologias

Uma das características da historiografia brasileira ao longo do último quarto de século, no que diz respeito às idéias, vem a ser a importância cada vez maior atribuída pelos historiadores ao estudo de objetos e questões pertencentes ao universo que, talvez pela falta de denominação mais precisa, é geralmente chamado de *ideológico*. Trata-se, porém de um *ideológico* destituído de qualquer valoração, *neutro ou apenas descritivo*, se assim se preferir dizer. Para esse processo de disseminação de um *ideológico* destituído de *ideologia*» contribuíram alguns fatores teóricos típicos da conjuntura historiográfica recente: o advento dos chamados «pós-marxismo», «pós-estruturalismo» e «pós-modernismo», bem como as várias questões em geral associadas aos assim chamados «retornos».

O declínio da hegemonia teórica marxista produziu, entre outras coisas, algo que se poderia muito bem chamar de desideologização do termo **ideologia**, quer dizer, tornou-se cada vez mais frequente o uso desse termo no sentido de alusão a conjuntos de idéias características de determinados lugares e épocas, em estreita associação com certas práticas e representações sociais as mais variadas. **Ideologia** deixou assim de significar uma forma de visão ou consciência falsa ou equivocada da *realidade*, um pseudo-conhecimento sempre em oposição ao conhecimento *verdadeiro* — ou científico. Retirou-se da *ideologia* aquele tipo de valoração negativa, típica da tradição marxista, recuperando-se em certo sentido sua acepção primeira, criada pelos chamados *Ideólogos* franceses do final do século XVIII que propuseram a necessidade de uma «ciência das idéias» à qual batizaram de Ideologia. Ao mesmo tempo, convém não nos esquecermos da importância dos trabalhos de Karl Mannheim (1936), voltado para a necessidade de repensar o conceito de ideologia de uma forma mais compreensiva, bem como os esforços de Paul Ricoeur, mais recentemente (1986), no sentido de

repensar e de certo modo recuperar o conceito de «ideologia» no âmbito de uma nova inteligibilidade.

Estruturalismo e pós-estruturalismo

No campo teórico marxista, após a Segunda Guerra Mundial, bastante marcado pelo processo de recuperação dos textos de Gramsci, destacou-se, nos anos 60, a leitura de Marx proposta por Louis Althusser e seus discípulos caracterizada entre outros aspectos, pela defesa de uma interpretação *estrutural* do pensamento marxista, e no pressuposto teórico da existência, em Marx, de uma diferença/oposição radical entre ciência e ideologia. Assim, foi apresentada uma visão do *real* como constituído de *instâncias* hierarquizadas e afirmado o papel decisivo, em última instância, das determinações estruturais. Ao postular o papel fundamental e determinante da *infraestrutura*, Althusser desejava reforçar os pressupostos do materialismo histórico e, como consequência, o caráter derivado e dependente das superestruturas políticas e ideológicas, embora introduzindo certas nuances como o conceito de *determinação em última instância* e as noções de *autonomia relativa e sobredeterminação*. «Ideologia», por conseguinte, é o nome do conceito que identifica a *região ou instância do real* correspondente às formas de pensamento, às manifestações simbólicas e culturais em geral.

As primeiras críticas dirigidas ao althusserianismo, em começos da década de 70, derivaram-se do prestígio alcançado pela Linguística entre as ciências humanas e sociais (Robin, 1973), tendo ainda como pano de fundo as repercussões dos textos de Michel Foucault (1963, 1966). Na esfera da *história* propriamente dita tem lugar, também nos anos 70, a crítica antiestrutural dos historiadores britânicos comprometidos com uma leitura bem diferente do marxismo, contrária às interpretações de Althusser e seus epígonos, destacando-se entre esses críticos E.P. Thompson (1978). Não tardou muito, portanto, a surgir uma nova tendência logo denominada *pós-estruturalismo*, embora um tanto imprecisa quanto às suas características específicas, fato este que não constituía propriamente exceção numa era marcada pela farta utilização do prefixo «pós». Tal como já fora assinalado por Foucault, é a idéia mesma de *realidade* que é posta em xeque, assim como, também, o conceito de *totalidade*.

No Brasil, anos 70 /80, novos autores e obras ocuparam rapidamente as posições de vanguarda até então reservadas a Marx/Engels, Gramsci e Althusser. De um lado, difundiram-se os trabalhos de historiadores e cientistas sociais pertencentes ao chamado *marxismo britânico* (E. P. Thompson, Maurice Dobb, Eric Hobsbawm, Terry Eagleton, Raymond Williams, Cliff Slaughter, Perry Anderson, entre outros), de outro, verificou-se uma retomada de interesse pela obra de Max Weber, quer em França, em função, por exemplo, de Raymond Aron, quer na Grã-Bretanha, com a *redescoberta dos trabalhos* de Norbert Elias; antropólogos, como Clifford Geertz e Marshall Sahlins, Louis Dumont e Marc Augé, sociólogos, como Pierre Bourdieu e E. Veron, atraíram cada vez mais as atenções dos historiadores. A penetração dessas novas *influências* veio contribuir para a ocorrência de significativas transformações na *oficina da história* do ponto de vista dos objetos estudados e das abordagens utilizadas, fortalecendo tendências já existentes, favoráveis à multiplicação ao infinito de abordagens e objetos — a chamada *fragmentação*.

Pós-modernismo

A noção de «pós-moderno» surgiu primeiramente no campo das artes plásticas tendo sido introduzida, a seguir, no campo dos estudos literários, tornando-se mais tarde uma espécie de referência mais ou menos generalizada na esfera das ciências humanas e sociais (anos 70/80). Polêmica, quase sempre imprecisa em termos de definição conceitual e delimitação histórica, a noção de «pós-moderno» está nas origens de inúmeros equívocos e confusões, associada como tem sido a tudo que se apresenta como *novo* ou apenas *diferente* na produção historiográfica contemporânea. Exageros e simplificações acerca de objetos historiográficos e abordagens metodológicas distorcem com frequência as análises sobre a natureza da presença dita *pós-moderna* na historiografia atual. Tal como tentamos demonstrar (Falcon, 2000), o ponto de partida para uma compreensão mais exata do problema deve ser a análise das diferenças entre os pressupostos teórico-metodológicos de duas historiografias: a moderna e a pós-moderna. Tal análise, no entanto, foge por completo aos nossos atuais objetivos.

Para nós, aqui e agora, talvez seja suficiente reter tão somente algumas questões teóricas que vieram marcar seriamente as análises sobre a produção e natureza do *discurso histórico*, a partir da década de 1970: o chamado «giro linguístico», ou *linguistic turn*, e os assim denominados *retornos*: da narrativa, do político, e do sujeito. Destas questões queremos agora destacar apenas a última — *o retorno do sujeito* —, em conexão com a presença de duas perspectivas metodológicas fundamentais: a historicista e a empirista.

Dentre os diversos *retornos* típicos da historiografia contemporânea, o «retorno do sujeito» nada mais é, na verdade, que o resultado da progressiva superação da conhecida distinção epistemológica entre sujeito e objeto do conhecimento no âmbito da atividade historiadora, distinção esta herdada do século XIX. Já não é mais possível sustentar a validade dessa separação, ou seja, negar a presença e importância que o sujeito desempenha quer do lado da matéria histórica, quer do lado da produção do discurso histórico. Trata-se de um longo processo, já esboçado desde as primeiras décadas do século XX, no qual podemos detectar a presença de alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que revelam uma forte presença do historicismo, (Falcon, 1997). Paralelamente a esse fenômeno, entretanto, nota-se na historiografia atual, sobretudo após o declínio das abordagens totalizantes de cunho estrutural, um crescimento significativo do papel desempenhado pela busca e tratamento dos chamados dados empíricos pelos historiadores empenhados na produção de conhecimento histórico acerca de objetos os mais variados, ou mesmo inesperados.

A noção de um processo caracterizado como de *retorno do sujeito*, refere-se assim a duas coisas distintas, mas mutuamente complementares: a busca da presença, papel, e importância do sujeito — individual ou coletivo — no próprio processo histórico; a afirmação do papel decisivo do sujeito historiador, enquanto interprete e narrador do processo histórico — como produtor de um *discurso histórico*. Num e noutro caso, porém, o que realmente importa é reconstituir e perceber os fenômenos históricos do ponto de vista de seus próprios agentes, através da compreensão das respectivas práticas e representações nos termos de seus próprios autores, a começar pelo sentido dos discursos materializados em textos. Desse ponto de vista, cabe ao historiador assumir uma atitude mais compreensiva do que explicativa a fim de poder *resgatar* as idéias,

formas de pensamento, tomadas de consciência, as ideologias enfim, conforme as entendiam os próprios agentes históricos estudados, deixando em plano secundário, ou até mesmo omitindo, possíveis teorias explicativas ou interpretativas que transcendam as circunstâncias de tempo e lugar de sua produção e circulação. Uma das principais consequências de tais atitudes é o reforço, a ênfase, quanto à importância da linguagem — elemento decisivo para que se possa compreender *em seus próprios termos* o sentido das práticas e representações sociais veiculadas através das *fontes documentais*.

No campo específico da história das idéias, devemos também lembrar o fato representado pela importância que nele se tem atribuído à questão do *simbólico*, a partir sobretudo de trabalhos realizados acerca dos *imaginários sociais*, aí incluídos os *mitos e as utopias, e as ideologias*. Uma outra característica da escrita contemporânea da história, de natureza metodológica, é a presença dominante do *empirismo*, ou melhor, de uma certa perspectiva *empírica* da pesquisa histórica francamente assumida como tal. Tal tipo de *empirismo* constitui apenas uma certa maneira de afirmar o primado das fontes documentais sobre as teorizações propriamente ditas. Caberia assim ao historiador ir em busca das idéias tal como estas se encontram em fontes *literárias* ou em todo tipo de registro de testemunhos, vivências, memórias, etc. O importante em tais casos é não partir já com uma explicação preconcebida mas, sim, reconstruir eventos e idéias conforme o olhar, ou olhares, dos próprios contemporâneos. Afinal, é preciso antes ou acima de tudo evitar o pecado capital do anacronismo, daí o cuidado com o vocabulário «de época», e a obediência às formas de pensar típicas da sociedade em exame, quer coletivas, quer individuais.

Somente a título de exemplificação, tomemos agora alguns trabalhos recentemente publicados em nosso país e que de certa maneira podem materializar muito do que afirmamos anteriormente.

1. Jancsó, István (Org.) — «Brasil: Formação do Estado e da Nação». S. Paulo, Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003. O livro inclui «Idéias e Conceitos» e mais três «esferas»: do Estado, da Nação, e das Representações. Resultado de um Seminário, este trabalho inclui pouquíssimas comunicações que não digam respeito, de algum modo, às *idéias*. Todavia, tal como já foi por nós antecipado, com a exceção, talvez, da primeira parte, não se trata de textos classificáveis como exemplos de uma história das idéias no seu sentido mais tradicional ou *clássico*.
2. Furtado, Júnia Ferreira (Org.) «Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português». Belo Horizonte, UFMG, 2001. Abrangendo variados tópicos — Mulheres e Gênero, Comércio e Comerciantes, Revoltas e Motins, Conjurações, A Crise do Império — esta coletânea inclui alguns textos de história política e de história social nos quais o papel das *idéias* pode ser considerado fundamental, embora, naturalmente, não se possa rotulá-la de um volume de história das idéias.
3. Mota, Carlos Guilherme (Org.) — «Viagem Incompleta. A experiência brasileira». S. Paulo, SESC, 2000. Nos dois volumes que constituem esta obra está sempre presente a afirmação inicial do organizador: «Idéias de Brasil, eis a

temática geral da obra que o leitor tem sob seus olhos». Em seu conjunto, constituem uma verdadeira antologia de autores e idéias sobre o Brasil, ao longo de cinco séculos. Uma verdadeira história das idéias à qual, entretanto, faltou o nome.

4. Chiappini, Ligia, Dimas, Antonio, e Zilly, Berthold (Orgs.), «Brasil, país do passado?». S. Paulo, EDUSP/Boitempo, 2000. O livro reúne estudos a respeito de alguns dos mais importantes autores, especialmente literatos, que pensaram a entidade chamada «Brasil». Talvez um livro de história cultural, mas como afirmar que nele as idéias não constituem o elemento fundamental?
5. Rocha, João Cezar de Castro (Org.), «Nenhum Brasil Existe». Rio de Janeiro, UERJ/Topbooks, Univercidade, 2003. Ao longo desta pequena enciclopédia desfilam dezenas de contribuições acerca dos mais variados temas de história cultural e literária do Brasil e, como é inevitável, boa parcela dos respectivos textos abordam de uma forma ou de outra aspectos e problemas de história das idéias.

A partir dos cinco exemplos citados, talvez se possa perceber concretamente muito do foi antes afirmado acerca não somente da fragmentação do campo historiográfico mas, também, da dispersão temática hoje predominante. Em termos de trabalhos de historiadores, só para exemplificar, selecionamos três dos mais representativos: Ronaldo Vainfas, autor, entre outros livros, de «Ideologia e Escravidão» (1986) e «A Heresia dos Índios» (1995), nos quais a análise de idéias/ideologias serve de ponto de referência para o estudo de diversas práticas e representações sociais; Laura de Mello e Souza, autora também de diversos trabalhos e que produz, em o «Inferno Atlântico» (1993), um estudo de «demonologia e colonização nos séculos XVI-XVIII» o qual, sob determinado prisma, não deixa de ser uma história das idéias; Ricardo Benzaquém de Araújo, em seu livro «Guerra e Paz» (1994), um estudo rigoroso sobre «Casa Grande & Senzala» e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, onde são ainda as idéias que constituem o elemento central de indagação e interpretação.

Além de textos publicados em livros, coletâneas ou não, há alguns casos, raros por sinal, de periódicos voltados para o estudo das idéias, como, por exemplo: a revista «Idéias», do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, publicada a partir de 1994, cuja Comissão Editorial é composta de alguns eminentes pesquisadores, cientistas sociais e filósofos, não especialistas, na sua maioria, em história das idéias. Aliás, percorrendo-se alguns de seus exemplares é fácil perceber que o conceito de «idéias» aí presente é extremamente amplo; a revista «Discurso», do Departamento de Filosofia da USP, mais vinculada a uma perspectiva marcadamente filosófica, publica já há bastante tempo (desde 1970) trabalhos dos mais originais no campo da problemática das idéias de um ponto de vista tipicamente filosófico, embora bastante aberto, de fato, ao diálogo com as demais ciências do homem. Estas são apenas duas menções, escolhidas quase ao acaso, pois, existem hoje em dia algumas dezenas de periódicos ligados à história, às ciências sociais, à literatura e à filosofia nos quais, em maior ou menor grau, é possível encontrar artigos ou comunicações pertencentes ao campo da história das idéias!

Talvez possamos agora concluir, provisoriamente, que na historiografia brasileira recente as idéias constituem, cada vez mais, objeto de interesse dos historiadores dedicados à história cultural, intelectual e das «mentalidades», sem falar nos pesquisadores, «historiadores» ou não, que continuam a trabalhar com aspectos da história das idéias na esfera de disciplinas mais ou menos «autônomas». Ao mesmo tempo, convém lembrar, são bastante raros os exemplos de trabalhos e estudos dedicados a uma história das idéias em termos mais ou menos estritos, ficando as exceções por conta, principalmente, das idéias políticas, econômicas e filosóficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1970) – Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Presença /Martins Fontes, 1980. Idem – Pour Marx. Paris, Maspero, 1966.
- ANDERSON, Perry (1977) – Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto, Afrontamento, pp. 42-48.
- BADIOU, Alain (1976) – Théorie de la contradiction. Paris, Maspero.
- BAKHTIN, Mikhail (1979) – Marxismo e Filosofia da Linguagem. S. Paulo, Hucitec.
- BARRETO, Vicente e Paim, Antônio (1989) – Evolução do Pensamento Político Brasileiro. Belo Horizonte, Itatiaia /EDUSP.
- CHARTIER, R. (1990), A História Cultural, entre práticas e representações. Lisboa, Difel, p. 29.
- CASSIRER, Ernst (1988), L'Idée de l' Histoire. Les inédits de Yale et autres écrits d'exil. Paris, Cerf. 8.
- , (1950), Filosofia de la Ilustración. México, Fondo de Cultura Económica.
- , (1950), The Problem of Knowledge. New Haven, Yale University Press, pp. 226-242.
- COSTA Lima, Luiz (1991) – Pensando nos Trópicos. Rio de Janeiro, Rocco.
- CARDOSO, Ciro F.S. y Brignoli, Hector P. (1976) – Los Métodos de la Historia. Barcelona, Crítica, pp. 61-66.
- , (1976) – Perspectivas de la historiografía contemporánea. Mexico, Septentas, pp. 18-19.
- CARVALHO, José Murilo de, (2000) «História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura», in Topoi, UFRJ, n.º 1. setembro, 2000, pp. 123-152.
- DARNTON, Robert (1990), O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. S. Paulo, Cia. das Letras, p. 188 e segs.
- FOUCAULT, M. (1971) L'ordre du discours. Paris, Gallimard.
- , (1969) L'archéologie du savoir. Paris, Gallimard.
- , (1966) – Les mots et les choses. Une archéologie des science humaines. Paris, Gallimard.
- FALCON, Francisco J. Calazans (2000) – «História e Representação», in: Ciro F. Cardoso e Jurandir Malerba (Orgs), Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, S.P., Papirus, pp. 41-80.
- , (2002) – «Historicismo: antigas e novas questões», in História Revista, Goiânia, UFGoiás, vol. 7, 1/2, pp. 23-54.
- , (2005) – «Utopia e Modernidade», in Morus.Utopia e Renascimento, n.º 2, pp. 161-184.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

